

O TRABALHO FEMININO DURANTE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

RODRIGUES, Paulo Jorge

(Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual - UNESP - Araraquara. E-mail: rodrigues.paulojorge.rodrigues@hotmail.com);

MILANI, Débora Raquel da Costa

(Docente da Faculdade de Taquaritinga UNIESP-FTGA/Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual – UNESP - Araraquara. E-mail:

deb.milani@yahoo.com.br);

CASTRO, Laura Laís de Oliveira

(Aluna do Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica – UNESP - Bauru. E-mail: laura_laiscastro@hotmail.com);

CELESTE FILHO, Macioni

(Docente do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e do Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica – UNESP - Bauru. E-mail:

marcio.celeste@fc.unesp.br).

Resumo

Este artigo objetiva analisar a utilização de mão de obra feminina nos primórdios da indústria têxtil, nos séculos XVIII, XIX e início do XX, na Inglaterra, França e Brasil, através da pesquisa bibliográfica. Inicia-se com um breve histórico do processo de industrialização, e, posteriormente comparamos a presença da mão de obra feminina nas tecelagens dos três países, buscando demonstrar as influências econômicas e sociais que levaram ao emprego da mão de obra feminina. Por fim, analisamos a diminuição do número de mulheres empregadas na indústria têxtil inglesa e brasileira, com a introdução das teorias sobre a constituição e a organização familiar de Cabot, Proudhon e Lombroso, bem como, a redução de sua participação nos espaços públicos na Inglaterra e Brasil.

Palavras-Chave: Operárias. Têxtil. Inglaterra. França. Brasil.

Abstract

This article aims to analyze the use of labor, female labor in the early textile industry in the eighteenth, nineteenth and early twentieth centuries in England, France and Brazil, through research bibliographic. It begins with a brief history of the industrialization process, and then compared the presence of labor, female labor in the weaving of the three countries, seeking to demonstrate the social and economic influences that led to

the employment of labor, female labor. Finally, we analyze the decrease in the number of women employed in the textile English and Brazilian, with the introduction of theories about the formation and organization of family Cabet, Proudhon and Lombroso, as well as reducing its stake in public spaces in England and Brazil.

Keywords: Workers. Textile. England. France. Brazil.

I - INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra no século XVIII e caracterizou-se por um conjunto de transformações econômicas e sociais que levaram à aceleração do crescimento (HOBSBAWM, 2000). Substituiu gradativamente o trabalho artesanal de produtos manufaturados de produção unitária pela produção industrial, com o uso de máquinas que produziam em série, portanto, mais barato, e inseriu a possibilidade da utilização de uma mão de obra menos especializada, assalariada e sem necessidade de uma grande força muscular.

Antes desse período as pessoas viviam no campo, produzindo em pequenos lotes de terra o suficiente para sua subsistência e de sua família, além de excedentes comercializados para obtenção de reservas de capital para os períodos de dificuldades. A produção agrícola de subsistência, ou campesinato (HOBSBAWM, 2000), foi gradativamente sendo substituído pela produção agrícola comercial, em extensas propriedades rurais, cada vez necessitando de menor número de mão de obra, o que levou ao deslocamento dos camponeses para as áreas urbanas, formando um grande contingente de reserva de mão de obra. Esses camponeses inicialmente foram trabalhar nas manufaturas, que funcionavam em linhas de produção e montagem, com cada operário cumprindo uma função, o que deu origem ao processo de divisão do trabalho, que diminuiu o tempo de sua realização e aumentou a produção. Com as inovações tecnológicas e a introdução da máquina no processo produtivo, surgiram as maquinofaturas, que levaram à substituição do operário artesanal pelo operário industrial.

As maquinofaturas, ao suprimir funções antes exercidas por operários, transformaram as relações de trabalho – o operário não era mais dono da matéria-prima, nem das máquinas (instrumentos de produção), condições indispensáveis ao capitalismo, e suas habilidades artesanais deixaram de ter a importância anterior,

restando apenas sua força de trabalho, a qual era vendida de forma desfavorável, por baixos salários, insuficientes para garantir suas necessidades básicas e as de sua família. O processo de exploração contínua do trabalhador colocou em lados opostos empresários industriais e operários dos centros urbanos da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Os industriais argumentavam que a liberdade econômica era fundamental para continuar a desenvolver a indústria, já os operários, sujeitos a baixos salários e a jornadas diárias de trabalho entre 15 a 18 horas, passaram a se organizar em sindicatos e a fazer greves reivindicando melhores condições de trabalho e salários.

O processo de industrialização da produção ou internacionalização da Revolução Industrial expandiu-se para outros países durante o final do século XVIII e início do XIX, porém, a intensidade do processo diferiu expressivamente de um país para outro. A França, segundo Caine e Sluga (2000, p. 49) “[...] se industrializó mucho más lentamente y hasta la mitad del siglo XIX no turvo lugar un desarrollo sustancial com la construcción de ferrocarriles y fábricas.”

No Brasil, a industrialização começou na segunda metade do século XIX, com a instalação de fábricas têxteis e também as de gêneros alimentícios. Em 1889 eram pouco mais de 600 fábricas instaladas, empregando aproximadamente 54.000 operários. Já na década de 1920, os dados evidenciam a prevalência do setor agrário na economia brasileira, com 6,3 milhões de pessoas empregadas no setor agrícola, ou seja, 69,7% da população empregada; 1,5 milhões se encontravam no setor de serviços correspondendo a 16,5% e 1,2 milhões de pessoas no setor industrial representando 13,8% da mão de obra empregada. A influência do setor agrícola era evidente na política, praticamente todos os presidentes da República até os anos de 1930, período conhecido também como “República Velha” ou “República do café com leite”, eram proprietários de terras, grandes fazendeiros ou cafeicultores e a distribuição populacional caracterizava-se pela alta taxa de ruralização e baixa taxa de urbanização (COTRIM, 2005).

O panorama agrícola é modificado substancialmente nos anos 1930 pelo crescente processo de industrialização, marcado pela urbanização da população, que abandonava o campo em busca de trabalho nos centros urbanos, os quais se encontravam em processo de industrialização, como São Paulo e Rio de Janeiro, invertendo o eixo do poder político do meio rural para o urbano. Como na Inglaterra, as condições sociais do operário brasileiro eram absolutamente precárias. Trabalhava-se

seis dias por semana, em jornadas de até 15 horas, em alguns casos até 18 horas, sem direitos a um salário-mínimo, férias e pagamentos por horas extras trabalhadas. Essa situação obrigava todos os membros da família a trabalhar para garantir seu sustento, inclusive às crianças; além disso, as condições de salubridade das fábricas eram péssimas. Todos esses fatores somados eclodiam nas greves que reivindicavam melhores salários e também condições de trabalho, terminando quase sempre em situações de repressão policial.

II- AS OPERÁRIAS: INGLATERRA, FRANÇA E BRASIL

Hobsbawm (2000, p. 45), assevera que foi a “produção de algodão, a primeira a se industrializar [...]”, a qual se beneficiou do comércio marítimo atlântico, no sentido norte-sul, importando das regiões “tropicais ou subtropicais” a matéria-prima.

A indústria que se iniciava precisava de mão de obra, porém tal mão de obra deveria ter baixo custo. Isso possibilitou a contratação de mulheres e crianças na indústria têxtil inglesa, as quais se sujeitavam ao trabalho industrial como forma de complementar a renda familiar – Segundo Hobsbawm (2000, p. 64), também contribuiu para a inserção da mão de obra feminina a relutância do homem inglês em abdicar de sua independência e submeter-se a “disciplina da mecanização”.

Thompson (1987, p. 170), ao analisar o operariado inglês no início da década de 1830, afirma que: “[...] a força de trabalho adulto nas indústrias têxteis do Reino Unido atingia 191.671 pessoas, das quais 102.812 eram mulheres e apenas 88.859, eram homens”. Hobsbawm (2000) constata que em 1838, do total de operários empregados nas fábricas de tecidos na Inglaterra 23% eram homens e 77% eram mulheres e crianças. Os dados estatísticos apresentados por Thompson e Hobsbawm evidenciam o predomínio de mão de obra feminina na indústria têxtil inglesa, cabendo assim uma reflexão bastante pertinente: como essas mulheres eram vistas pelos seus patrões, pelos operários do sexo masculino e pela sociedade?

Para Perrot (2005), as operárias eram consideradas como “dóceis” pelos patrões, fáceis de manipular, acostumadas a obedecer. Essa visão era reforçada pela fraca organização sindical feminina. As tentativas de greve organizadas pelas operárias tinham pouca adesão feminina e quase nenhuma masculina, sendo rapidamente

dispersadas.

A mão de obra feminina era monetariamente desvalorizada e, portanto, altamente lucrativa para o seu empregador. Conforme Hobsbawm (2000, p. 65):

[...] é quase certo que a fabricação do algodão contribuía mais para a acumulação de capital que outras, ao menos porque a rápida mecanização e o uso generalizado de mão-de-obra barata (de mulheres e adolescentes) permitia uma elevada transferência dos rendimentos do trabalho para o capital. De 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40% (em valor corrente) e sua folha de pagamento em apenas 5%.

Na França, o processo de industrialização existiu de forma concomitante a pequena e média propriedade rural e com a presença feminina nas fábricas foi documentada desde os primórdios da industrialização francesa.

Segundo Perrot (2005), em 1866 a participação feminina representava 30% da mão de obra empregada e no ano de 1906 alcançou 37,7% de participação. A inserção feminina neste período, de acordo com a autora, resulta da estagnação populacional, o que fez com que a mão de obra feminina fosse requisitada. No final do século XIX, em 1896, as mulheres já eram maioria na indústria têxtil, representando 51% do total de operários. De acordo com Sohn (2000), em 1906, somando todos os setores industriais às operárias totalizavam cerca de um milhão.

O alto número de mulheres empregadas como operárias nas fábricas na França e Inglaterra ocorreu devido aos baixos salários masculinos, insuficientes para garantir as necessidades básicas da família, levando a mulher a “sair” de casa para trabalhar e assim complementar a renda, a fim de garantir a subsistência familiar. Mesmo após a Primeira Guerra Mundial, o número de operárias francesas empregadas na indústria têxtil continuou a aumentar - tal fato deve-se a existência, desde o século XIX, de uma cultura do trabalho entre as mulheres francesas, consequência do predomínio das pequenas indústrias; da melhoria da qualidade de vida da família, propiciada por mais um salário; pela socialização e a independência em relação ao marido - em 1921, três anos após o término da Primeira Guerra, eram 1.220.000 e em 1926, 1.470.000 (SOHN, 2000).

Na Grã-Bretanha, o total de mulheres empregadas nas fábricas sofreu grande queda como resultado do desemprego, das crises econômicas e também da distância entre a residência da operária e o local onde trabalhava. Milhares de operárias no

período entre guerras, mais precisamente entre os anos de 1921 e 1931 se viram obrigadas a abandonar seus postos de trabalho na indústria têxtil e passaram a trabalhar como criadas nas casas de família (SOHN, 2000).

Para Rago (1997, p. 580), “desde o século XIX, o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão de obra escrava [...]”.

As mulheres operárias estrangeiras, de acordo com o censo de 1890, eram 119.581 e representavam 34% do total de operários, e estavam empregadas em sua maioria na indústria têxtil, isto é, trabalhavam com fiação e tecelagem. Em 1894 a participação de mão de obra feminina na indústria têxtil na cidade de São Paulo representava 67,62% do total de operários, e no levantamento do ano de 1901 totalizavam 49,95%, sem contar as crianças operárias do sexo feminino. A participação feminina na indústria têxtil continuou a crescer após a Primeira Guerra Mundial. No ano de 1920, foi recenseado um total de 247 indústrias que trabalhavam com gêneros têxteis, 34.825 operários [14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres] (RAGO, 1997).

Rago (1997, p. 581-582) salienta que:

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fabricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina.

A substituição da força de trabalho feminina pela masculina não deve ser confundida com falta de capacidade de organização e luta, pelo contrário, as operárias brasileiras, assim como as europeias, lutavam por melhores salários; redução da carga horária - trabalhavam em média 12 horas por dia -; melhores condições de salubridade, além de se posicionarem contrariamente ao assédio sexual e também ao controle disciplinar.

Sua exclusão está relacionada, para Rago (1997, p. 581 e 582), às dificuldades encontradas pelas operárias:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como naturalmente masculino. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um bom partido para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.

Entretanto, além das dificuldades encontradas por essas operárias, um dos fatores que mais contribuiu para a diminuição do número de mulheres operárias encontra-se nas teorias defendidas por Cabet, Proudhon e Lombroso sobre a constituição e organização sociofamiliar. Esses autores defendiam a ideia de uma unidade familiar e idealizavam sua organização com os papéis do homem e da mulher restritamente definidos - a mulher era vista como uma extensão do homem na união matrimonial, não como outro indivíduo com anseios e desejos, deveria ser submissa ao marido e atuar como reserva moral da família, bem como, cuidar da educação dos filhos.

De acordo com Perrot (2005, p. 173):

No que se refere à mulher, Proudhon adere totalmente ao discurso médico sobre a inferioridade física do sexo frágil, retomando por sua conta toda a sintomatologia desta fraqueza: tamanho, peso, menstruação, caixa craniana [...] As funções da mulher inscrevem-se em sua conformação: uma vagina para receber, um ventre para carregar, seios para amamentar – como os pedaços dos melões – marcam seu destino, feito pelo homem e pelo filho. Nenhum lugar além do lar.

As ideias de Proudhon se ramificam aos poucos nas sociedades industrializadas e nos países em processo de industrialização como o Brasil. Sohn (2000, p. 34) apresenta um inquérito feito na Grã-Bretanha em 1913, que demonstra “*el hundimiento de la cultura del trabajo entre las mujeres*”, o trabalho passa a ser visto pelas mulheres como algo degradante, pois ao sair de casa para trabalhar nas fábricas as mesmas deixavam os filhos sobre os cuidados de terceiros, e isso constituía um “abandono” da prole, o que acabava por descaracterizar sua biologia moral.

Rago (1997, p. 592) também apresenta as teorias científicas do século XIX relacionadas às operárias brasileiras:

Seguindo os ensinamentos de Augusto Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividades que pudesse atraí-las para o mundo público. A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família. Muitos repetiam convictos os argumentos do médico italiano Cesare Lombroso: “O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre um ser inferior e um ser superior”.

A autora destaca ainda as influências do pensamento científico vigente no período na sociedade brasileira, e como o papel social da mulher passa a ser interpretado de acordo com o mesmo, além disso, como sua ação passa a ser restringida por um discurso que imputa culpa as mulheres que se ausentam do lar para exercer uma atividade além da doméstica, isto é, uma atividade profissional:

Muitos acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixavam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além de que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 1997, p. 585)

No entanto, as teorias idealizadas por Cabet, Proudhon e Lombroso não têm o mesmo alcance nos três países. Na França, o número de operárias continuou a crescer, provavelmente pelo apego das mulheres aos postos de trabalho como forma de ascender socialmente. Por sua vez, na Inglaterra e no Brasil a mão de obra operária feminina, vista somente como complementar a renda masculina, colocava o trabalho operário feminino em situação mais suscetível às teorias que desejavam delimitar os espaços de atuação feminina na família e também na sociedade, criando na mulher um sentimento de culpa, seja por deixar os filhos aos cuidados de outros ou pelas recriminações sofridas tanto na família quanto na sociedade. Outro fator importante para a redução do número de mulheres nas indústrias têxteis da Inglaterra e Brasil foi à falta de um estado social que garantisse creches e escolas aos filhos das operárias, durante a jornada de trabalho.

III - A OPOSIÇÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO

No século XVIII e XIX, desenvolveu-se no continente europeu todo um arcabouço de conhecimentos referentes ao espaço urbano e sua população, com o claro objetivo de controlar os indivíduos e estabelecer seu devido lugar na ordem sócio industrial. Neste contexto, surgem as denominadas ciências médicas, como o eugenismo com o objetivo de identificar e tratar os “doentes” sociais, bem como, as ideias de saneamento e higienização das áreas urbanas, entre outros (COLLING, 2004). Desde o início, as ciências médicas e sanitárias, elegeram como seu foco de atuação às famílias, e o estabelecimento de normas de ação e comportamentos considerados adequados à nova organização.

Cunha (1986, p. 27) destaca o seguinte:

As técnicas de normalização da família, da afirmação dos papéis sexuais, da afirmação do casamento e da maternidade – preocupações que a formulação por Durkheim no final do século de uma “sociologia da família” revela claramente, indicando a constituição de um projeto científico sobre a mesma – são uma faceta importante deste processo.

Inseridas nesta realidade as mulheres se viram objetos de estudos comparativos tendo suas capacidades físicas e mentais medidas e comparadas às masculinas, sendo inferiorizadas pelo discurso científico da época e ainda colocadas em situação de submissão e tutela da autoridade masculina. A autoridade masculina não era apenas doméstica - representada pelo pai ou pelo marido, era também pública, na figura do Estado Burguês. Os códigos sociais de condutas tornam-se cada vez mais restritivos a participação feminina, e as que se aventuravam a questionar a ordem estabelecida eram taxadas como histéricas e muitas vezes acabavam internadas em casas de tratamento mental (hospícios e/ou asilos).

Por outro lado, as mulheres eram vistas como fundamentais no processo de implantação das técnicas de normalização e controle da sociedade, pois cabia a ela a educação dos filhos; e, portanto, era imprescindível instruí-las por meio de pedagogias sociais, de forma que se tornasse reprodutora dos princípios desejados pelo Estado burguês.

No Brasil, de acordo com Cunha (1986, p. 34-35):

A figura feminina assume aí, desde, pelo menos, a segunda metade do século passado, uma importância central. Ela constitui mesmo um dos objetivos principais de uma medicina posta a serviço da ordem social, e voltada para a constituição de uma família moralizada e higiênica. A mulher torna-se cúmplice do médico na tarefa de moldar a família, e sua importância é enfatizada claramente pelas entidades científicas [...].

As mulheres tiveram aos poucos sua participação reduzida aos espaços públicos, sendo relegada a uma existência doméstica e privada. Nesta direção, Aboim (2008, p. 562) destaca:

Sem dúvida, a construção histórica de uma vida privada capaz de se distinguir da vida pública constitui uma das dinâmicas fundamentais das sociedades modernas. A emergência, contra a lógica mercantil, competitiva e impessoal das esferas de produção e decisão, de uma imagem da família ‘como refúgio, locus privilegiado de afectos e de intimidade, por excelência, um espaço de dádiva e de revelação de uma identidade verdadeira, moldou indelevelmente a história social de género. A ordem de género, enquanto processo de dominação do masculino sobre o feminino, inscreve-se, entranha-se mesmo, na diferenciação entre privado e público, como foi assinalado por Parsons (1971) nos anos 50 do século XX. Para o autor, as diferenças de género eram funcionais e essenciais enquanto efeito da diferenciação estrutural imanente ao devir da modernização. Como nota Pfau-Effinger (2004), na passagem para a sociedade industrial as mulheres foram progressivamente afastadas das atividades produtivas e apenas recentemente foram novamente incorporadas nessa esfera e, mesmo assim, de forma bastante desigual. A separação entre público e privado, florescente entre as camadas burguesas das cidades industriais do século XIX (cf. Ariès 1973; Shorter 1995), serviu, de facto, para separar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e as suas propriedades maternais e afectivas, a esfera pública – da produção industrial e da cidadania política – ficaram ligadas ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família.

Colling (2004) compreende que se estabeleceu uma oposição entre espaço público e privado, o primeiro passou a ser definido como naturalmente masculino enquanto o segundo como feminino. A divisão entre público e privado está na origem das desigualdades entre géneros, e, portanto, não se restringiu ao seu aspecto espacial; foi antes de qualquer coisa o estabelecimento de domínios diferenciados em relação às atribuições e importância social, com base no género.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os séculos XVIII, XIX e XX, mulheres em tempos e espaços diferentes

foram incluídas no processo industrial, nas fábricas têxteis, o que provocou o desenvolvimento de uma nova consciência, manifestada através dos movimentos que reivindicavam melhores salários e também condições de trabalho, as quais tinham como parâmetro a equiparação de direitos entre homens e mulheres. Por mais que a renda auferida pelas operárias fosse desqualificada pelo discurso vigente da época, discurso esse que embutia no sexo masculino a obrigação do sustento da família foi graças a elas que milhares de famílias conseguiram garantir a subsistência, nos respectivos períodos, nas zonas urbanas da Inglaterra, França e Brasil.

Apesar de no início do século XX ocorrer à redução do número de operárias nas indústrias têxteis na Inglaterra e no Brasil, a participação dessas mulheres no processo industrial abriu caminho para a atuação das mulheres no processo industrial contemporâneo. Por fim, tal participação e inclusão da mão de obra feminina, mesmo tendo certo recuo, abriram precedentes para a equiparação de direitos entre homens e mulheres nas esferas familiar, econômica e também relativa a direitos sociais, como, por exemplo, a conquista do direito ao voto. Necessitando ainda refletir sobre tais equiparações e como as mesmas têm refletido em mudanças nos eixos familiar e social, nos quais muitas vezes a mulher assume funções cumulativas para receber o mesmo que um indivíduo do sexo masculino.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. Género e modernidade: A construção pública do privado. In: CABRAL, M. V. et al. **Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS**. Lisboa: ICS, 2008.
- CAINE, B e SLUGA, G. **Género e História. Mujeres em el cambio sociocultural europeo, de 1780 a 1920**. Madrid: NARCEA, 2000.
- COLLING, A. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: STREY, M. N; CABEDA, S. T. L; PREHN, D. R. **Gênero e Cultura: questões Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- COTRIM, G. **História Global – Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CUNHA, M. C. P. **O Espelho do Mundo – Juquery, a história de um asilo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HOBBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

PERROT, M. **As mulheres ou o silêncio da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, M. Trabalho Feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. Del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997. p. 578 a 606.

SOHN, A. M., Los roles sexuales en Francia y en Inglaterra: una transición suave. In: Duby, G. e Perrot, M. (Org.). **Historia de las mujeres. El siglo XX.** Madrid: Taurus, 2000, pp. 127-157.

THOMPSON E. P. **A formação da Classe operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (vol. II).